

A antropologia e a esfera pública no Brasil – 60 anos da Associação Brasileira de Antropologia

Antonio Carlos de Souza Lima

Jane Felipe Beltrão

Andréa Lobo

Sergio Castilho

Paula Lacerda

Patricia Osorio

Nos dias 19 e 20 de agosto de 2018, a diretoria Políticas da Antropologia realizou, no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, o seminário ABA+60: os Antropólogos e a Antropologia na Esfera Pública. Cenários Contemporâneos e Políticas para o Futuro. Com esse evento, visamos comemorar, numa visão prospectiva, os 60 anos de existência da ABA. Nossa intenção, passada explicitamente aos convidados para organização das mesas, foi pensar os cenários possíveis dos anos vindouros (veja-se o programa do seminário em anexo).

Nas comemorações dos 50 anos da ABA, sob a gestão de Miriam Grossi, foi produzido um amplo esforço de recomposição da memória da antropologia feita no Brasil. Em 2015, já se tinha também em curso a pesquisa coordenada por Bela Feldman-Bianco e Daniel Simião e o plano de um livro dela resultante, atualizando as investigações de uma década atrás apresentadas em *O campo da antropologia no Brasil* (TRAJANO FILHO e LINS RIBEIRO, 2004). Como resultado ainda do mesmo esforço dirigido por Feldman-Bianco e Simião, há o livro específico sobre a expansão da pesquisa e da pós-graduação em antropologia e arqueologia na região da Amazônia, sob autoria de Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Nos últimos 15 anos, realizaram-se esforços significativos para sedimentar o espaço da antropologia no Brasil. Para fazer referência a apenas um marco importante, lembremos o já mencionado livro *O campo da antropologia no Brasil*, que destacou um quadro de sucesso e consolidação da disciplina, que se reproduziria nos anos seguintes, de significativa expansão do sistema universitário federal

e dos estados, dos cursos de pós-graduação, assim como de espaços de trabalho extrauniversitário. Os diversos autores convidados a participar trataram de temas importantes para nosso campo disciplinar, utilizando-se de dados históricos fornecidos pelos programas de pós-graduação então existentes, disponibilizados pela Fundação Coordenação de Pessoal do Nível Superior (Capes), e ainda outros documentos devidamente criticados, assim como um *survey* feito através de entrevistas estruturadas, sob a segura e arguta condução de Wilson Trajano Filho. O livro foi, em larga medida, ensinado em seu desenho pelo sistema de avaliação que preside o fomento do governo federal à formação de mestres e doutores no Brasil (ou seja, em última instância, pelos parâmetros da iniciativa estatal). Esse esforço, sem iniciativas precedentes nos quadros de outras tradições nacionais, suscitou outros levantamentos, como o da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), publicizado em 2016. Em anos recentes, e com aspirações mais amplas, realizou-se um *survey* internacional pelo World Council of Anthropological Associations (WCAA), cujos resultados são ainda desconhecidos.¹

Pareceu-nos, assim, que era melhor olhar para frente em vez de tentar preencher o hiato de uma década na chave da recuperação de uma memória recente e amplamente compartilhada, registrada e divulgada. E para olhar adiante, julgamos estratégica a qualificação do amplo e disseminado truísmo sobre o “engajamento” da antropologia social no Brasil com as coletividades e segmentos sociais com que trabalha e sua participação na esfera pública de modo mais amplo. Mariza Peirano (1981, 1992), entre outros autores que a seguiriam, apontou-nos pioneiramente a importância, para setores da antropologia produzida no país, do horizonte dos processos de construção nacional no Brasil.² Mas se é verdade que, em comparação com os centros em que a disciplina se desenvolveu

1 Referimo-nos à pesquisa intitulada “O perfil do antropólogo em Portugal – PAP”, cujos resultados podem ser encontrados em <http://www.apantropologia.org/apa/pap-divulgacao-de-resultados/>, e ao “Global Survey of Anthropological Practice”, finalizado em 2018 após uma longuíssima discussão e cujo texto final ainda não veio a público.

2 Não é aqui o local para uma discussão mais densa sobre a noção de esfera pública para se pensar a atuação de antropólogos em diferentes espaços sociais fora da estrita docência nas universidades, esta mesma que se vê hoje, em 2018, ameaçada de diver-

e mesmo com outros contextos de espraiamento (pós-)colonial, a presença na esfera pública dos antropólogos é frequente, ela não é regra, havendo até mesmo quem se paute por posturas distintas ou que tenha mudado ao longo do tempo.

Constatávamos, numa conjuntura muito específica, que, desde a Constituição de 1988, e após décadas de políticas públicas que procuraram efetivar os direitos à diversidade preconizados na carta constitucional, antropólogos e antropólogas nos vimos convocados a tomar posições sobre esses e muitos outros temas não apenas como cidadãos, mas também como especialistas, investigadores e produtores de conhecimentos capazes de subsidiar a aplicação do novo enquadramento jurídico e sua efetivação em medidas concretas.³ Foi na perspectiva de refletir sobre essa modalidade de participação pública, que se faz pela via da construção do conhecimento e pelo potencial dos saberes antropológicos para a crítica social, que julgamos oportuno refletir, pensando nos desafios do porvir.

Mas que conjuntura era aquela na qual sonhamos (ainda hoje o fazemos) com +60 anos de apoio e luta pela diversidade e pela pluralidade sob o rigor teórico e metodológico característico de “nossa” antropologia em todas as suas tendências e diversidade? Que cenário era aquele no qual nos víamos convocados a contribuir, entre outras direções, na construção verdadeiramente participativa de políticas públicas de Estado de qualidade e inclusão social baseadas na capacidade de crítica social e de retificação?

Quando nos propusemos a concorrer à diretoria da Associação, em inícios de 2014, tendo sido eleitos em agosto do mesmo ano, durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Natal, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conquanto já vivêssemos um quadro de crescente polarização política em vistas da eleição presidencial, nada nos autorizava a reunir muitos sinais na antevisão de uma mudança muito radical na vida pública brasileira. Em particular, em termos do nosso campo disciplinar, o grande sucesso da RBA de 2014, com 3.761 inscritos e

sos lados, o que nos mostra que tal discussão é mais que oportuna e nos serve como termômetro dos limites à ação crítica das Humanidades de modo mais geral.

3 Para alguns aspectos referentes a esses campos de participação e intervenção dos antropólogos a partir do texto constitucional, ver Oliven, Ridenti e Brandão (2008).

ampla programação, víamo-nos num cenário de expansão contínua e – estimávamos – irreversível.

No entanto, havia já, sim, sinais de uma virada da vida pública em direções como as que se cristalizaram nas eleições de 2018. No quadro ambíguo surgido das movimentações de 2013, muitas linhas pareciam se entretecer, mesmo que ainda sob a forma de pontos fantasmáticos.⁴ O desenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores, em especial do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), marcado pela crescente preponderância política dos integrantes do agronegócio nos cenários dos Poderes Executivo e Legislativo, nos fazia antever para 2015 e 2016 maiores embates em torno dos direitos territoriais de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, nos quais o compromisso ético e político dos antropólogos e antropólogas, além de sua capacidade teórico-interpretativa, seriam interpelados.

De forma mais concreta, já em 2014, a ABA fora notificada de que era ré num mandado de segurança para exibição de documentos impetrado pela Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), com assistência jurídica do escritório Passarelli Advocacia, para que fornecesse à Faep um documento público, o termo de cooperação entre a ABA e o Ministério Público Federal, bem como seu cadastro de associadas/os. Tendo sido a liminar indeferida e a audiência de conciliação tendo acontecido em 9 de abril de 2015, a justiça deu ganho de causa à ABA em primeira instância no sentido de preservar o vínculo associativo, resguardando os dados de suas/seus associadas/os. Consideramos essa ação um sinal do que estava por vir. Do mesmo modo, sabíamos já, em agosto de 2015, que se negociava e desenhava uma Comissão Parlamentar de Inquérito como parte de um ataque aos direitos indígenas e quilombolas às suas terras de ocupação tradicional (SOUZA LIMA et al., 2017). A judicialização da vida pública brasileira chegara, dessa maneira, às portas da ABA.

4 Para diferentes referências sobre o período que se estendeu desde então, ver Santos, 2013; Santos e Szwako, 2016; Fachini e Sívori, 2017; Sant'ana, 2017, entre muitas outras de outros ângulos. Para análises referentes aos diversos temas abordados neste livro, tratados pelos comitês e comissões da ABA no final do ano de 2015, ver ABA, 2015 – Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/administrador/informativo/informativo.php?inf=00115>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Assim, se os contornos do presente não se delineavam ainda plenamente, tínhamos já em mente a necessidade de apurar certos posicionamentos da ABA, contribuindo para o trabalho de antropólogas e antropólogos em situações de perícia, obviamente o alvo primordial – mas não único – de possíveis questionamentos. Para isso, e também para racionalizar recursos, o encontro foi antecedido, em 17 e 18 de agosto de 2015, por uma oficina para a produção do documento intitulado Protocolo de Brasília. Laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico.⁵ O texto foi lido por Alexandra Barbosa da Silva e debatido em suas linhas gerais durante o evento.

O seminário foi concebido em diálogo com os comitês, comissões e assessores de nossa gestão, tendo sido filmado e achando-se disponível para ser visualizado, os links estando no anexo do texto. Dessa maneira, procuramos, seguindo a orientação desses interlocutores, percorrer alguns dos principais temas da antropologia contemporânea feita no Brasil, na qual muitos/as de nós atuamos também com o objetivo de avançar na compreensão analítica da realidade. Firmávamos mais uma vez o compromisso ético com o respeito pelas pluralidades, em um país que se acredita(va) e se quer(ia) democrático.

O livro mostra como a produção de antropólogos e antropólogas se fez a cada dia mais abrangente e com maior inserção e impacto sociais. Assim os textos aqui compilados, cobrem um amplo espectro temático, que vai da discussão em torno dos temas indígenas, constitutiva da própria

ABA, como nos mostram as sessões das primeiras RBAs sobre política indigenista, às questões de gênero e sexualidade, hoje no foco do agressivo conservadorismo tão atuante no cenário político, combatidas pelos opositores da igualdade material em todos os campos, passando pelos temas referentes às terras de quilombos e ao avassalador assaques aos povos e coletividades tradicionais por um desenvolvimentismo fast track, para recuperar a arguta expressão utilizada por Andrea Zhouri, em abordagens singulares e para muito além da mera participação observante. Para isso, discutir o ensino da

5 Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Publica%C3%A7%C3%B5es/Laudos_antropol%C3%B3gicos_Condi%C3%A7%C3%B5es_para_o_exerc%C3%ADcio_de_um_trabalho_cient%C3%ADfico.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

disciplina foi fundamental, conquanto esse bloco temático não esteja contemplado nesta coletânea, já que estão sobejamente tratados em outros volumes publicados pela Associação, antes mencionados.

Nesses três anos que separam o seminário do presente volume, vimos nossa abordagem de temas acima mencionados e de outros como patrimônios, museus, direitos e conhecimentos tradicionais e direitos humanos, ou a antropologia sob a perspectiva da interculturalidade e no diálogo com indígenas antropólogos, ser tarjada de “fraude” e de “ideologia”, o que quer que isso signifique no vocabulário do (neo)conservadorismo ou do simples oportunismo. Se não antevimos a totalidade do que se estava desenhando, um tanto como Cassandras, plotamos um cartograma de algumas (nem todas, pois são muitas) áreas temáticas em que as tragédias anunciadas lamentavelmente nos pareciam já a caminho de se concretizarem. Decerto, a esperança de futuro que nos acompanha reside na potência e na capacidade de resiliência e reinvenção das coletividades com que trabalhamos.

Hoje, vem a público *A antropologia e a esfera pública no Brasil. Perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário*, que contempla parte das intervenções orais do seminário de 2015. Nem todos/as os/as participantes do evento conseguiram, em função de seus muitos e diversos encargos, se fazer presentes neste livro que registra as reflexões daquele momento. Assim, precisamos fazer remanejamentos e pequenas adequações na ordem de apresentação dos textos de modo a lhes dar organicidade e apontar as interlocuções que de fato se fizeram presentes. Por outro lado, pareceu-nos necessário inserir um tema de crescente importância analítica que aborda problemas sociais a cada dia mais presentes na vida brasileira: o das migrações e deslocamentos populacionais, que Bela Feldman-Bianco organizou para este volume.

Se o sumário do livro reflete praticamente todas as intervenções orais por ocasião do seminário, assim como os grandes feixes temáticos com que a Associação vem trabalhando em seu cotidiano, vemos que eles surgem em cortes analíticos inovadores, por exemplo, na abordagem das esferas da justiça e da administração de conflitos, da religião e das questões raciais como essenciais na produção de desi-

gualdades, ainda quando pensadas sob a chave dos direitos humanos. Por outro lado, isso foi feito sob a baliza de questionamentos tradicionais na disciplina, como o relativo ao lugar social e à autoridade do antropólogo em processos de intervenção ou acerca da ação estatal junto a diferentes segmentos sociais.

De fato, cremos que, do segundo semestre de 2015 em diante, outros temas demandaram a cada momento mais reflexão. Assim, aquele ano veria a instauração da “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos”, que, não tendo encerrado com um relatório final, foi renovada numa segunda CPI em 2016. Seu objetivo foi supostamente investigar “fraudes” nos processos de reconhecimento de direitos territoriais culturalmente diferenciados. Ainda que teoricamente focada na ação da Funai e do Incra, e também incidente no tocante a assentamentos rurais, a CPI centrou sua atenção na construção de uma imagem deturpada dos antropólogos e do fazer pericial antropológico no Brasil no tocante ao cumprimento das determinações legais de reconhecimento dos direitos territoriais de indígenas e quilombolas e atuou com a clara intenção de intimidar esses profissionais e a própria ABA.⁶

A própria arquitetura dessa CPI, seu transcurso, pautado pelas negociações para o *impeachment* de Dilma Rousseff e depois na contenção às denúncias de corrupção feitas contra Michel Temer, ou a associação nela estampada entre representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária e da Frente Parlamentar Evangélica, ou a assunção do controle da Funai pelo Partido Social Cristão, a presença ostensiva desses setores em toda a movimentação política daí

6 Para todo o material da primeira CPI, ver <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra>. Para o material da segunda CPI, ver <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra-2>. Acesso em: 15 nov. 2018. Mais descrições sobre o processo podem ser lidas em Souza Lima e colaboradores (2017, p. 3–5). Para uma abordagem da situação atual das terras indígenas no Brasil, ver Pacheco de Oliveira (2018), introdução ao dossiê por ele mesmo organizado.

por diante, culminando nas eleições de 2018, decerto nos fariam, hoje, delinear outros contornos, talvez um seminário mais extenso. Seria um novo seminário, onde o peso da religião e do que vem sendo chamado de (neo)conservadorismo precisariam ser bastante analisados.⁷

No mesmo ano, em dezembro, ocorreu a ruptura da barragem de Fundão, um desastre industrial de responsabilidade da mineradora Samarco Mineração Ltda, no município de Bento Gonçalves, Minas Gerais, a 35 km da cidade de Mariana, com o trágico derramamento de rejeitos da extração de ferro que destruíram a cidade e, em larga medida, o rio Doce, chegando ao mar. Especialistas consideram que será necessário um intervalo mínimo de um século para mitigar alguns dos efeitos mais danosos. Isso nos levou a ver como o estudo da mineração é hoje realidade inescapável para nós antropólogos, tanto por conta dos efeitos sociais da atividade quanto por conta do crescimento da influência das mineradoras na vida política brasileira, o que torna tal estudo, ademais, necessariamente interdisciplinar.

Para fazer frente a esses problemas sociais e pensá-los analiticamente, sopesando o ângulo do compromisso ético e moral da antropologia que se faz em nosso país, procuramos dialogar com colegas e estimular a organização de mesas e simpósios, como nas reuniões da Anpocs de 2015 e 2016 ou ainda na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em João Pessoa. No relatório de nossa gestão (SOUZA LIMA et al., 2017), as muitas e instigantes atividades de todos os comitês e comissões, assim como da diretoria, estão apresentadas, mas cabe destacar a produção de seminários na 30ª RBA e no 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), ambos em 2016, sob a coordenação de Andréa Zhouri, que organizou, a partir deles, um dossiê em *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology* que seria, depois, publicado quase integralmente em português sob a forma de livro.⁸

Por fim, é importante dizer que os autores presentes expressaram em suas análises seus pontos de vista individuais e que a ABA

7 Ver Almeida e Toniol (2018) para reflexões estimulantes nessa conjuntura sobre esse feixe temático, assim como Sant’Ana (2017).

8 Ver Zhouri (2018, 2018b).

os acolhe na sua diversidade como sociedade científica que se quer plural e capaz de lidar com as diferenças, desde que estas posições se apresentem como balizadas pelo seu código de ética e pelo debate intelectual permanente. É como documento de um momento histórico preciso, arco que se estende até o presente, que este livro se apresenta ao público leitor.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Campinas: Unicamp, 2018.

FACHINI, Regina; SÍVORI, Horácio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500000.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008. 400p.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Introduction. Fighting for lands and reframing the culture. Dossiê Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil. The Reframing of Cultures and Identities. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 15, n. 2, p. 1-21, ago. 2018. Disponível em: <http://vibrant.org.br/downloads/v15n2/vb15n2a01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PEIRANO, Mariza. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese (doutorado). Cambridge: Harvard University, 1981. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/teses/the_anthropology_of_anthropology.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. *Uma antropologia no plural*. Três experiências contemporâneas. Brasília: UnB, 1992. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/textos/uma%20antropologia%20no%20plural-tres%20experiencias%20contemporaneas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SANT’ANA, Raquel. *A nação cujo Deus é o Senhor: a imaginação de uma coletividade “evangélica” a partir da Marcha para Jesus*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/857396.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da conjuntura brasileira. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 96, p. 15-25, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a01n96.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____.; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 40, p. 114-121, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0114.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de et al. *Relatório de atividades – Gestão 2015-2016: Políticas da Antropologia*. Brasília: ABA, 2017. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/wp-content/uploads/2013/04/www.aba_.abant_.org_.br_files_20180116_5a5df8c985815.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa: ABA, 2004. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/O_Campo_da_Antropologia_no_Brasil_-_PDF.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ZHOURI, Andréa. Introduction. Anthropology and knowledge production in a “minefield”. Dossiê Mining, Violence, Resistance. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 2, p. 72-80, ago. 2018. Disponível em: <http://vibrant.org.br/downloads/v14n2/Introduction.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. (Org). *Mineração, violências e resistências*. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Iguana: ABA, 2018.